



TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TAMB

TIMS LISTED NYSE B3 LISTED NM ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2022

► COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Prezados acionistas, A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2022, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As informações operacionais e financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

► Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2022, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quinto ano consecutivo, no selo grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality. A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Itália. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

► 1. Mensagem da Administração

O ano de 2022, foi marcado por duas grandes transformações do setor, das quais a TIM é protagonista: o lançamento da tecnologia 5G e o fim do ciclo de consolidação do mercado de telefonia móvel. Neste contexto, nos destacamos, pois lideramos a implementação da rede 5G nos tornando rapidamente a maior e melhor cobertura em mercados chave como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife. Dentro do processo de M&A, executamos nossa estratégia de integração dos ativos adquiridos da Oi Móvel em excelente ritmo, capturando rapidamente sinergias e criando valor para nossos acionistas e clientes.

► Ambiente Externo

Este último ano, apresentou grandes desafios e oportunidades no que tange o ambiente externo a Companhia e ao setor como um todo. Se de um lado, o ambiente político polarizado e de ânimos acirrados devido ao resultado eleitoral em 2022, trouxe incertezas e volatilidade. De outro lado, o que se viu foi uma continuidade no processo de recuperação econômica no pós-pandemia, com vários indicadores macroeconômicos apresentando boa performance como manutenção da baixa taxa de desemprego, redução das pressões inflacionárias e crescimento da economia como um todo. A TIM, sempre focada na execução de seu plano estratégico, conseguiu navegar bem neste ambiente de altos e baixos, capturando as oportunidades oferecidas e contornando os obstáculos se se colocava a sua frente.

► M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Como citado anteriormente, as grandes transformações setoriais, iniciadas em 2021, ganharam corpo em 2022 com: (i) o lançamento da cobertura 5G nas capitais do país; (ii) o fechamento da transação de compra da Oi Móvel e posterior início de integração dos ativos adquiridos; e (iii) início da operação de banda larga sob o modelo *asset-light* após a criação da empresa de infraestrutura de fibra ótica - *Systems* I. Lançamos o 5G em julho, começando pela capital federal, Brasília. Em seguida, iniciamos a operação com a nova tecnologia em São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro até atingir todas as capitais em novembro de 2022. Lideramos a cobertura 5G no Brasil em quantidade de sítios, cobrindo mais de 80% da população de alguns mercados chave.

Em abril de 2022, ocorreu o fechamento da transação de compra dos ativos móveis da Oi, onde os últimos aspectos de clientes, contratos para direito de uso de terras, A Companhia declarou que espera gerar aproximadamente entre 9 e 12 bilhões de Reais em valor, já descontando R\$ 7,3 bilhões de Reais do preço de compra. A partir de maio, o trabalho de integração dos ativos começou com foco em três frentes: integração da rede móvel (espectro, equipamentos e sites), migração de clientes dos sistemas da Oi para os nossos sistemas e descomissionamento de sites com sobreposição. III. Após a conclusão da transação com a IHS Brasil em novembro de 2021, foi criada a empresa *i-Systems*, da qual a TIM detém 49% do capital. Esta passou a ser a nossa provedora da infraestrutura de rede para o segmento de banda larga. Ao longo de 2022, nos buscamos fortalecer nossa parceria para acelerar a migração dos clientes da tecnologia baseada em fibra+cobre (*Fiber-To-The-Cabinet*) para a baseada 100% em fibra (*Fiber-To-The-Home*).

► Foco na Execução da Estratégia

Com tantas frentes e transformações para o futuro da TIM e um ambiente externo bem complexo, foi necessário redobrar o foco na execução da estratégia que traçamos e comunicamos ao mercado durante o nosso TIM Brasil Day em maio. Com isso, tivemos grandes conquistas ao longo do ano de 2022: fomos reconhecidos pela excelência no tratamento de reclamações pelo Reclame Aqui; recebemos a certificação *Great Place To Work*; inovamos no lançamento do 5G em parcerias de impacto social com o Gerando Falcões e de impacto de marca como o patrocínio do Rock in Rio; fomos a primeira operadora a cobrir 100% dos municípios do país com serviço de telefonia móvel; nossas políticas de inclusão foram reconhecidas com a liderança no ranking de diversidade Refinitiv de empresa de telecom mais diversa no mundo; além de várias outras marcas importantes. No que tange os números, ao longo de 2022, tivemos uma performance destacada. Nossa receita, líquida cresceu próximo a 20% quando comparada a 2021. O EBITDA chegou aos 10 bilhões de Reais crescendo de forma sólida (excluindo os efeitos extraordinários de 2021) dois dígitos. A margem se manteve alta na casa dos 47%. E fechamos o ano com um lucro que ficou próximo a 1,7 bilhão de Reais. Com essa sólida performance foi possível aumentar o patamar de distribuição aos acionistas tendo já anunciado o pagamento aproximado de 0,28% no último relatório FOCUS de 2022, além referente à 2022, para ser aprovado na próxima assembleia anual.

► Conclusão e Perspectivas

A nossa capacidade de manter o foco e executar os planos traçados, nos ajudaram a cumprir com todos os objetivos que tínhamos para 2022, batendo inclusive todas as metas que comunicamos ao mercado. A expectativa para o ano de 2023 é de consolidação do processo de transformação da TIM e do setor com o término da integração dos ativos comprados da Oi Móvel, a expansão da cobertura do 5G "de verdade" e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades de eficiência e crescimento para TIM.

► 2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Com um cenário de incertezas, principalmente para um ano de eleições que viriam a ser totalmente polarizadas, o que se viu em 2022 foi um ano de 2022 que não foram tão positivas para o Brasil. Apesar das expectativas iniciais, o Brasil contou com uma redução da taxa de desemprego (8,7% no terceiro trimestre do ano), que registrou o menor número desde 2015, continuando uma série de quedas ao longo dos últimos trimestres, impactado pelo processo de imunização em relação a Covid iniciado no ano anterior. Medidas do governo às vésperas de eleições, como a ampliação do Auxílio Brasil, foram fatores que ajudaram no aquecimento da atividade econômica. Desta forma, a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encerrasse o ano em 3,04%, segundo o último relatório FOCUS de 2022. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2022 em 5,62%, acima da meta estimada para o ano (3,5%). Entre os fatores que impactaram o resultado, o setor alimentício registrou alta de 11,6% ante os 7,9% do ano anterior, resultado de piores condições climáticas durante o período. Elevações nos preços de commodities, principalmente petróleo, também tiveram peso para que a inflação fosse levada para cima do teto da meta pelo segundo ano consecutivo. Em 2022 o câmbio apresentou um ano de muita volatilidade, com o Real apresentando uma valorização frente ao dólar em relação ao fechamento do ano anterior. No último fechamento, a moeda americana terminou cotada a R\$5,28, uma redução de 5,2%. Incertezas em relação a inflação americana, fatores externos, como a Guerra entre Rússia e Ucrânia, contribuíram para o cenário de oscilação que a moeda apresentou. Em relação ao Real, a moeda americana apresentou uma máxima de R\$5,68 contra uma mínima de R\$4,60 durante o ano, uma variação de 23,5%, num cenário de incertezas domésticas, riscos fiscais, e muitas discussões sobre, por exemplo, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) de Transição, não permitindo um melhor desempenho da moeda brasileira frente ao dólar. A balança comercial fechou o ano com superávit de US\$62 bilhões, um aumento de 1,6% na comparação com o fechamento de 2021. As exportações fecharam o ano em US\$ 355 bilhões, e tiveram uma variação positiva de 19,3% em relação ao ano de 2021. As importações registraram US\$ 272,7 bilhões, crescimento de 24,3% na comparação anual. Os valores de exportação e importação representam os maiores volumes de toda a série histórica. O cenário internacional foi marcado por muitas incertezas e volatilidade com taxas de inflação altas, capitaneadas pelos preços de commodities, alimentos, e gargalos logísticos e de produção, além de redução nos índices de crescimento do PIB em grande parte dos países. Os Estados Unidos apresentaram uma desaceleração na taxa de inflação para 7,8%, percentual que chegou a registrar 9,1% na máxima do ano, e um crescimento do PIB de 2,1% ante a uma expansão de 5,9% em 2021. A economia na Europa mostra um ritmo de crescimento reduzido, muito impactada pelos efeitos da guerra entre Rússia-Ucrânia, tendo afetado o ano da retomada da economia pós-pandemia. A China sofreu com novos lockdowns nos últimos anos, esta competição tem caminhando mais para questões ligadas a qualidade e atendimento, tornando-se mais racional do ponto de vista de preços. No último ano, é possível afirmar que tivemos um processo de continuidade dessa transição para um novo modelo de competição. Ao longo do ano de 2022 foi concluído o processo de aquisição dos ativos de operação móvel da Oi Móvel S.A., pela TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A., após serem cumpridos todas as condições precedentes estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). As compradoras, no entanto, iniciaram um Processo Arbitral referente ao Preço de Fechamento Ajustado, após entenderem existir divergências em premissas e critérios de cálculo em alguns termos da operação, ao qual só tiveram acesso após a conclusão da operação. A venda da operação móvel fez parte do Processo de Recuperação Judicial da Oi S.A., que, após 6 anos e meio, foi encerrada pelo Juiz responsável, que entendeu que a Companhia cumpriu todas as obrigações assumidas durante o processo. Por fim, o ano de 2022 foi marcado pelo início da implementação e expansão da tecnologia 5G no Brasil, que busca atender uma demanda por maiores velocidades de conexão. Nesse contexto a TIM encerra 2022 tendo implementado a tecnologia 5G em todas as 27 capitais do país, com número de antenas muito superior ao exigido pela ANATEL, fornecendo uma melhor experiência para o usuário.

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional". Ao longo de sua trajetória, o setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas muito agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral. Entretanto, nos últimos anos, esta competição tem caminhando mais para questões ligadas a qualidade e atendimento, tornando-se mais racional do ponto de vista de preços. No último ano, é possível afirmar que tivemos um processo de continuidade dessa transição para um novo modelo de competição. Ao longo do ano de 2022 foi concluído o processo de aquisição dos ativos de operação móvel da Oi Móvel S.A., pela TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A., após serem cumpridos todas as condições precedentes estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). As compradoras, no entanto, iniciaram um Processo Arbitral referente ao Preço de Fechamento Ajustado, após entenderem existir divergências em premissas e critérios de cálculo em alguns termos da operação, ao qual só tiveram acesso após a conclusão da operação. A venda da operação móvel fez parte do Processo de Recuperação Judicial da Oi S.A., que, após 6 anos e meio, foi encerrada pelo Juiz responsável, que entendeu que a Companhia cumpriu todas as obrigações assumidas durante o processo. Por fim, o ano de 2022 foi marcado pelo início da implementação e expansão da tecnologia 5G no Brasil, que busca atender uma demanda por maiores velocidades de conexão. Nesse contexto a TIM encerra 2022 tendo implementado a tecnologia 5G em todas as 27 capitais do país, com número de antenas muito superior ao exigido pela ANATEL, fornecendo uma melhor experiência para o usuário.

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios das telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais. O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT. Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões. Demonstrando esse diferencial, em 2022, a TIM iniciou uma parceria focada nos segmentos de segurança digital e entretenimento, oferecendo planos de leitura aos clientes TIM, através de acessos a livros digitais por meio de aplicativos. A TIM segue focada em oportunidades que possam gerar rápido crescimento e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro



RS milhões	DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
Cidades 4G		5.370	4.715	13,9%
das quais 700 Mhz habilitadas		4.515	3.975	13,6%
das quais VoLTE habilitadas		5.262	4.700	12,4%
População Urbana Coberta (4G)		85%	84%	1,2p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas		88%	87%	1,5p.p.
das quais VoLTE habilitadas		99%	97%	1,6p.p.
Cidades 5G		27	7	n.a.
Cidades 4,5G		1.922	1.712	12,3%
População Urbana Coberta (5G)		34%	22%	5,5p.p.
Biosites		1.829	1.766	3,6%
Sky Coverage (n° sites)		1.566	924	69,5%
Massive MIMO (n° sites)		2.621	2.306	13,7%
Homens passed		6.069	5.660	7,0%
FTTH		4.489	3.433	27,0%
FTTC		3.021	2.968	1,8%
Cidades Cobertas com Banda Larga*		42	37	13,5%
FTTH		41	35	17,1%
FTTC		1	2	50,0%
FTT City (n° cidades)		1.399	1.231	13,8%

A cobertura na banda larga fixa atingiu, em 2022, um total de 4,5 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC finalizou o ano com 3,0 milhões. Isso representa um total de 6,1 milhões de *homes passed* em 41 cidades.

5.2. Qualidade
Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios. Graças a um aumento substancial em termos de alcance e disponibilidade do 5G, a TIM levou dois prêmios da Opensignal selo global independente em análise da experiência móvel dos consumidores. No estudo realizado, os usuários de 5G que participaram da análise mantiveram-se conectados aos serviços 5G na rede da TIM 11,4% do tempo – um aumento relevante de aproximadamente 10 pontos percentuais em comparação ao relatório anterior. A TIM também registrou um crescimento de 7x em sua pontuação de alcance 5G – de 0,5 pontos no relatório anterior para 3,4 pontos agora em uma escala de 10 pontos. Essa pontuação significa que os usuários se conectaram aos serviços 5G em mais de 3 a cada 10 locais que visitaram. Esses dois reconhecimentos, melhor “disponibilidade 5G” e melhor “alcance 5G” apenas confirmam o compromisso da Companhia de entregar sempre o melhor serviço a seus clientes.

6. Desempenho Operacional
6.1. Desempenho da TIM
O ano de 2022 foi marcado pela incorporação dos clientes adquiridos da Oi Móvel e, com isso, ao final do 4T22 a TIM somou 62,5 milhões de acessos móveis, gerando um aumento de 20,0% A/A frente o 4T21 (atingindo um *market share* de 24,8%). A migração efetiva desses clientes oriundos da Oi, que se iniciou em maio de 2022, somou, ao final de janeiro de 2023, um total de 8,7 milhões de clientes migrados, sendo 7,8 milhões no Pré-pago e mais de 900 mil no Pós-pago*. A previsão de conclusão do processo é em abril de 2023. Já a integração e posterior desconexão de clientes inativos oriundos da Oi Móvel na base da TIM impactou ambos os segmentos Pós-pago e Pré-pago. No trimestre, desconectamos 1,4 milhões de clientes Pós-pago e 3,7 milhões de clientes Pré-pago inativos que vieram da Oi.
O Pós-pago Humano (ex-M2M) fechou o ano com uma base de 22,9 milhões de acessos, um crescimento de 21,4% na comparação anual. A base de clientes M2M encerrou 2022 com um total de 4,3 milhões de acessos (+8,6% A/A).
No pré-pago, a TIM fechou o ano de 2022 totalizando 35,2 milhões de acessos, um crescimento de 20,7% em relação ao fechamento de 2021.

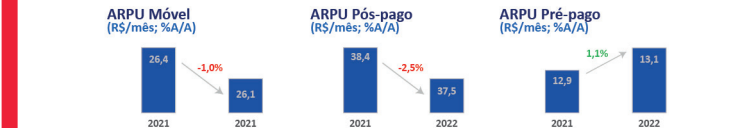
6.2. Segmento Fixo
A TIM Live, 6 vezes eleita melhor banda larga do Brasil pelo Estadão, agora se chama TIM UltraFibra. A mudança da marca acompanha a estratégia da Companhia de focar na expansão da fibra óptica para mais cidades, levando a qualidade diferenciada do serviço da TIM para novas regiões e proporcionando maiores velocidades para os clientes.
No total de usuários, ao final do ano, a TIM UltraFibra apresentou 716 mil conexões, sustentando seu ritmo de crescimento (+4,6% A/A). No trimestre, a base de FTTH manteve sua expansão, atingindo um aumento de 37 mil no ano anterior. A transição para a fibra se manteve constante ao longo do ano e os planos de maior valor, com velocidades superiores a 100 Mbps, seguiram ganhando relevância no portfólio da banda larga (representando 77% de toda base). Outro destaque positivo foi *churn* voluntário que segue em queda (-1,5 p.p. A/A no trimestre).

7. Desempenho Financeiro
7.1. Resultado Operacional

RS milhões	DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
Receita Líquida		21.531	18.058	19,2%
Receita de Serviços		20.829	17.497	19,0%
Serviço Móvel		19.594	16.349	19,8%
Gerado pelo Cliente		18.002	14.843	21,3%
Interconexão		450	533	-15,6%
Plataforma de Clientes*		188	119	57,4%
Outras Receitas		954	853	11,8%
Serviço Fixo		1.234	1.147	7,8%
dos quais TIM UltraFibra		797	720	10,7%
Receita de Produtos		702	561	25,0%

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel.
Ao final de 2022, a Receita Líquida Total atingiu R\$ 21.531, ante R\$ 18.058 em 2021, um crescimento de 19,2% A/A, resultado atingido a partir da contribuição de todas as principais linhas: (i) Receita de Serviços Móveis (+19,8% A/A) que teve como motores a aquisição dos ativos móveis da Oi e a estratégia da Companhia de mobilizar sua base de clientes; (ii) Receita de Serviço Fixo (+7,8% A/A), tendo como principal motor a expansão consistente da TIM UltraFibra (antiga TIM Live) (+10,7% A/A); e (iii) Receita de produtos (+25,0% A/A), que apresentou forte resultado positivo devido a um melhor mix na venda de produtos e aos sucessos das parcerias e campanhas realizadas ao longo do ano.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):
A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 19,8%, A/A atingindo R\$ 19.594 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O ARPU atingiu R\$26,1 no ano de 2022, representando uma queda de ~1,0%, impactada pela adição dos clientes oriundos da Oi, que possuíam um ticket médio inferior.
Detalhando o desempenho de cada segmento móvel em 2022:
(i) **A Receita do Pré-Pago obteve uma expansão de 21,3%, A/A**, tal desempenho deve-se a: (i) receita adicional com os usuários adquiridos da Oi; (ii) mudanças nas ofertas e na tarifação implementadas durante o ano; e (iii) auxílio emergencial do governo. Esses dois últimos contribuíram para o aumento do consumo dos clientes, que foi parcialmente afetado pelos efeitos de canalização gerados pelas ações realizadas nos planos em decorrência das reduções de alíquota de ICMS no País. O ARPU do Pré-pago atingiu R\$ 13,1 (crescimento de 1,1% A/A), refletindo o efeito diluidor dos clientes vindos da Oi que apresentam um ARPU menor que os originalmente da TIM.
(ii) **A Receita do Pós-Pago atingiu um crescimento de 19,4% A/A**, explicado pelos seguintes fatores: (i) receitas adicionais geradas pela incorporação dos clientes da Oi; (ii) efeito líquido entre os reajustes de preços aplicados no primeiro semestre e já esperado impacto na retenção de clientes insatisfeitos com a nova precificação; e (iii) redução dos preços em função da redução das alíquotas de ICMS. O ARPU do cliente pós-pago atingiu o patamar de R\$ 37,8 (+2,6% A/A), também impactado pelo efeito diluidor ocasionado pela chegada dos clientes da Oi que tem um ARPU mais baixo.



A Receita de interconexão (ITX) apresentou redução de 15,6% A/A, como efeito da redução do tráfego entrante no período. A incidência da Lei VU-AM na Receita Líquida de Serviços foi de 1,9% em 2022.
A Receita de Plataforma de Clientes, acumulou 188 milhões, representando um aumento de 57,4% na comparação anual, com contribuição das iniciativas de *mobile advertising* e das parcerias de serviços digitais.
A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 11,8% A/A, explicado pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e *swap* de rede, refletindo a estratégia da Companhia na oferta de serviços de transporte de fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência da alocação de capital (Capex e Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):
A Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 1.234 milhões, alta de 7,8% A/A, com as receitas vindas da TIM UltraFibra (antiga TIM Live) sendo o grande motor dessa performance.
O crescimento da TIM UltraFibra, principal linha de receita do fixo, foi de 10,7% A/A, apresentando um ARPU de R\$ 95,0 no quarto trimestre (+4,3% A/A). O desempenho deve-se às seguintes estratégias: (i) contínua migração da base de FTTC para o FTTH, com foco na retenção dos clientes a partir da melhoria de percepção de qualidade; e (ii) rentabilização do cliente através de um portfólio de cobertura e das tradicionais campanhas sazonais do trimestre.
77% dos clientes da base estavam em planos iguais ou acima de 100 Mbps.

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
RS milhões			
Custos e Despesas da Operação	(11.482)	(8.599)	33,5%
Pessoal	(1.278)	(1.126)	13,5%
Comercialização	(3.891)	(3.135)	24,1%
Rede e Interconexão	(3.660)	(2.802)	30,6%
Gerais e Administrativos	(907)	(758)	19,7%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(971)	(731)	33,1%
Provisões e Devidos Duidosos	(626)	(645)	-15,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(248)	498	n.a.

Os Custos e Despesas Operacionais atingiram R\$ 11.482 milhões em 2022, aumento de 33,5% A/A, devido a uma base comparativa afetada pelo ganho extraordinário gerado na venda de participação de 51% da empresa I-Systems* ocorrida em novembro de 2021 que foi registrada reduzindo os custos em cerca de R\$ 780 milhões.
Excluindo o impacto relacionado ao efeito não recorrente citado acima, o Opex foi afetado, principalmente, por: (i) custos adicionais incorporados após a conclusão da transação de aquisição da Oi Móvel, com 8 meses de TSA – Temporary Service Agreement, além de gastos atrelados a uma base de clientes e infraestrutura maiores; e (ii) pelas despesas de aluguel da I-Systems.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas:
A linha de Pessoal alcançou R\$ 1.278 milhões em 2022, apresentando uma alta de 13,5% na comparação anual. Essa conta foi impactada por: (i) efeitos inflacionários sobre salários, bonificações e incentivos – porém, esse impacto se dá em menor medida visto que em 2021 os níveis inflacionários já estavam em patamares elevados; e (ii) pelos efeitos relativos à provisão da participação dos colaboradores nos resultados da Companhia.
O grupo Comercialização, foi um dos que mais tiveram impacto com a aquisição dos ativos móveis da Oi, com alta de 24,1% A/A. Tal performance reflete: (i) o aumento dos gastos relacionados a administração da base de clientes (faturamento, cobrança e atendimento) e de despesas com o “Fost de Instalação” (FTI), ambos decorrentes da adesão de novos clientes migrados da Oi; (ii) os custos de TSC com a Oi (R\$ 193 milhões); e (iii) maiores gastos com publicidade, refletindo novas ações de marketing em face do lançamento do 5G, das boas-vindas a clientes da Oi, da conquista da liderança de cobertura e das tradicionais campanhas sazonais do trimestre.
Em 2022, o crescimento da linha de Rede e Interconexão atingiu +30,6% A/A, tendo como principais fatores: (i) maiores custos referentes ao aluguel de infraestrutura, após transação na qual a TIM passou a alugar a última-milha em fibra da sua coligada I-Systems; (ii) maiores despesas relacionadas aos sites adquiridos na transação com a Oi; (iii) maiores despesas com provedores de conteúdo de VAS; e (iv) gastos com serviços de terceiros ligados a gestão da rede.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) apresentaram um crescimento de 19,7%, em relação a 2021, totalizando R\$ 907 milhões. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores gastos relacionados a integração sistêmica dos novos clientes vindos da Oi na estrutura da TIM; e (ii) maiores despesas com o projeto *journey to cloud* (migração da infraestrutura de TI para nuvem).
O custo de Mercadorias Vendidas (CMV) somaram de R\$ 871 milhões, com alta de 19,1% A/A, acompanhando a dinâmica da receita de aparelhos. Esta dinâmica refletiu uma maior participação nas vendas de aparelhos de elevado valor e um melhor desempenho de vendas de aparelhos em função das ofertas de Black Friday e Natal.
As Provisões para Devidos Duidosos (PDD) fecharam 2022 em R\$ 626 milhões, alta de 15,0% na comparação anual. A linha continua a sofrer o impacto de uma maior base de receita exposta a inadimplência, com o aumento da base pós-paga, em função da incorporação dos clientes vindos da Oi. Apesar desses elementos, o percentual da PDD sobre Receita Bruta foi de 2,1% no ano, demonstrando a eficiência da Companhia na estratégia de aquisição de clientes, na cobrança e recuperação dos valores devidos.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais totalizaram R\$ 248 milhões de despesas, invertendo o sinal dessa linha quando comparada ao ano de 2021. Esta movimentação é explicada pelo ganho extraordinário registrado no 4T21, oriunda da venda do controle da empresa I-Systems por R\$ 782 milhões.

*A classificação da base entre os segmentos Pré-pago e Pós-pago é gerencial.
*I-Systems foi criada em sociedade com a H&S Brasil em novembro de 2021 como uma provedora aberta de infraestrutura de fibra ótica. A transação envolveu a venda de 51% de participação para o novo sócio mediante o pagamento de R\$ 1,1 bilhão em 2021.
*O custo de mercadorias vendidas (CMV) é calculado com base no custo de aquisição da fibra ótica.
*O “Temporary Service Agreement” (TSA) é um contrato temporário para fornecer gestão da base de assinantes e serviços de manutenção de rede (Network Operation) no âmbito da aquisição dos ativos móveis da Oi. O TSA tem uma duração de 12 meses e foi ajustado para desconsiderar serviços relacionados às recargas.

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
EBITDA ajustado	10.049	9.459	6,2%
Margem EBITDA ajustado	46,7%	52,4%	-5,7p.p.
Equivalência Patrimonial	(62)	(12)	432,2%
EBITDA	9.987	9.448	5,7%
Margem EBITDA	46,4%	52,3%	-5,9p.p.
Depreciação & Amortização	(4.822)	(3.952)	21,9%
Depreciação	(4.970)	(3.952)	25,8%
Amortização	(1.857)	(1.740)	6,7%
EBIT	3.160	3.756	-15,9%
Margem EBIT	14,7%	20,8%	-6,1p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(1.439)	(653)	120,4%
Despesas financeiras	(2.763)	(1.745)	58,3%
Receitas financeiras	(1.324)	(1.092)	20,8%
Variações cambiais, líquidas	5	1	659,6%
Lucro antes dos impostos	1.721	3.103	-44,5%
Imposto de renda e cont. social	(50)	(146)	-65,7%
Lucro Líquido	1.671	2.957	-43,5%

EBITDA Ajustado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial)
O EBITDA Ajustado ao final de 2022 totalizou R\$ 10,049 milhões, um crescimento de 6,2% A/A. O resultado teve como principal motor o crescimento da linha de Receita de Serviços, com a contribuição tanto dos clientes do móvel quanto os de fixo. O crescimento desta linha seria ainda mais relevante se a base comparativa (exercício de 2021) não tivesse o efeito não recorrente da venda do controle da I-Systems. A Margem EBITDA Ajustada encerrou 2022 em 46,7%, reduzindo 5,7 p.p.

DESCRIÇÃO	2022	2021	% A/A
RS milhões			
Lucro Líquido	1.671	2.957	-43,5%
Depreciação & Amortização	6.827	5.692	-19,9%
Resultado Financeiro Líquido	1.439	653	120,4%
Imposto de renda e cont. social	50	146	-65,7%
EBITDA	9.987	9.448	5,7%
Equivalência Patrimonial	62	12	432,2%
EBITDA Ajustado	10.049	9.459	6,2%

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT
A linha de D&A acumulou R\$ 6.827 milhões, um aumento de 19,9% na comparação com 2021, sendo uma das linhas mais impactadas pela aquisição dos ativos móveis da Oi, por conta do efeito da depreciação do direito de uso dos sites que chegaram com a transação.
O EBIT fechou 2022 com um total de R\$ 3.160 milhões, reduzindo em 15,9% na comparação com o fechamento de 2021. Mais uma vez, essa performance é explicada pela base comparativa com um efeito extraordinário da venda do controle da I-Systems.

Resultado Financeiro Líquido
O Resultado Financeiro Líquido teve um aumento de 120,4% A/A, totalizando um resultado negativo de R\$ 1.439 milhões, impactada, principalmente, por: (i) um maior volume de juros sobre leases; e (ii) função dos contratos de aluguel dos 7,2 mil sites adquiridos no acordo de compra da Oi Móvel; (iii) uma taxa Selic mais alta em 2022; (iii) um nível de endividamento maior após a conclusão da transação de aquisição da Oi. Além disso, a linha foi impactada por uma menor receita gerada pela

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
RS milhões						
KFW Finvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	44	129	173
Scotia	USD	1,4748% a 3,2300% a.a.	04/24	1.047	522	1.569
BNP Paribas	USD	7,9907% a.a.	01/22 a 01/24	15	500	515
Caixa e Equivalentes de Caixa	BRL	IPCA + 1,692% a.a.	06/28	6	1.773	1.779
BNDES Finam	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	(1)	183	384
BNDES Finem	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	08/25	12	185	297
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	42	208	249
Divida Financeira Total				1.265	3.705	4.970
Licença (5G)	BRL	Selic	12/40	52	843	895
Divida Total Antes do Lease				1.317	4.548	5.865
Divida Total	BRL	IPCA/IGP-M (11,28% a.a.)	10/29	2.227	10.367	12.594
Divida Total				3.544	14.914	18.458

*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de *leasing*.
Divida Líquida

DESCRIÇÃO	4T22	3T22	2T22	1T22
RS milhões				
Divida de Curto Prazo	1.265	159	126	106
Divida de Longo Prazo	3.705	4.622	4.595	3.233
Divida Financeira Total	4.970	4.781	4.720	3.339
Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.739)	(3.703)	(2.286)	(8.167)
Derivativos Líquidos-ex-C6	116	132	44	169
Divida Financeira Líquida	347	1.210	2.479	(4.568)
Licença (4G e 5G)	895	918	889	864
Divida Financeira Líquida AL	1.242	2.128	3.367	(3.704)
Lease Total	12.583	12.388	12.521	9.592
Divida Líquida Total	15.835	14.516	15.889	5.888
Divida Líquida AL/EBITDA AL*	0,4x	0,4x	0,4x	0,4x
Divida Líquida Total/EBITDA	1,4x	1,4x	1,6x	0,6x

*EBITDA 12M “após o pagamento de leases”, desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.
Divida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
RS milhões		
2024	1.135	3.069
2025	255	1.444
2026	751	1.764
2027	751	1.706
Após 2027	1.456	6.930
Divida Total	4.548	14.914

A Divida Total (pós-hedge) ao final de 2022 ficou em R\$ 18.575 milhões, representando um crescimento de 5,5% em relação ao trimestre anterior, sendo impactada por: (i) incorporação dos ativos incorporados com a aquisição de ativos móveis da Oi, no valor total de aproximadamente R\$ 2,9 bilhão; (ii) aumento da base de clientes migrados da Oi, no valor total de aproximadamente R\$ 2,9 bilhão; (iii) aumento da base de clientes migrados da Oi, no valor total de aproximadamente R\$ 2,9 bilhão; (iv) aumento da base de clientes migrados da Oi, no valor total de aproximadamente R\$ 2,9 bilhão; (v) aumento da base de clientes migrados da Oi, no valor total de aproximadamente R\$ 2,9 bilhão.
Ao final do ano, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R\$ 5.086 milhões. O custo médio da dívida, excluindo os arrendamentos e licenças relacionadas ao leilão de frequências, foi de 14,2%. O custo médio da dívida, incluindo os arrendamentos e licenças relacionadas ao leilão de frequências, foi de 10,3% (10,3% do CDI) no trimestre, uma elevação quando comparado ao custo de 9,5% a.a. (116,3% do CDI) do 4T21, impactado, principalmente, pelo aumento da taxa DI no segundo semestre de 2022.
No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 4.739 milhões, registrando uma queda de R\$ 5,057 milhões A/A, em grande medida devido a aquisição dos ativos móveis da Oi realizada no 2T22, em paralelo ao pagamento das parcelas relativas à aquisição de frequências no leilão de espectro do 5G de 2021 (pagamento integral das parcelas de EAF e pagamento a empresas Pro-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU) por dois anos consecutivos). Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e negociáveis.
A TIM vem se tomando uma referência na promoção da diversidade e inclusão em nível nacional e internacional, com metas, compromissos e implementação de diversas iniciativas nas temáticas gênero, raça, pessoas LGBTQI+, gerações, pessoas com deficiência, entre outras. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, ocupando a 1ª posição em Telecom em nível global, destaque que manteve também em 2022. A TIM também foi a primeira operadora a ganhar o prêmio internacional GSMA’s Diversity in Tech, que reconhece mundialmente organizações com práticas em prol da igualdade, da diversidade e dos direitos humanos no setor de tecnologia. Em 2023, a TIM continuou integrando o Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 485 empresas de 45 países, sendo apenas 16 do Brasil.
Reconhecida como o selo Top Employers pelo segundo ano consecutivo, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países. A Companhia também ingressou em janeiro de 2023, no Índice GPTW da B3, que leva em consideração as melhores práticas da Great Place to Work (GPTW) como os melhores ambientes para trabalhar no Brasil.
A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.
Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho por meio de indicadores de sustentabilidade e há 14 anos publica relatórios conforme as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente. **Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outros, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos stakeholders.**
Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.
Em 2015, a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governar – BID 2015).
Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (IC02-B



9.11. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado. É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital. A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Conforme o Relatório de Administração de 2022, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 195 milhões, R\$ 270 milhões, R\$ 480 milhões e R\$ 455 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 27 de abril de 2022, 20 de julho de 2022, 31 de outubro de 2022, 24 de janeiro de 2023 e 31 de janeiro de 2023, sendo as datas de 28 de março, 23 de junho, 21 de setembro e 21 de dezembro de 2022 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R\$ 1.400 bilhões de JCP em 2022.

9.12. Eventos do Exercício e Subsequentes

FECHAMENTO DA COMPRA DOS ATIVOS DA OPERAÇÃO DE TELEFONIA MÓVEL DA OI
No dia 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A., após o cumprimento dos condicionantes prévios estabelecidos pelo CADE e pela Anatel, anunciou a conclusão do processo de aquisição dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel"). Com a conclusão da transação, a TIM passou a deter 100% do capital social da Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A., empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia. Para maiores detalhes sobre a conclusão do processo, acesse o Fato Relevante.

TIM OBTÉM DIREITO AO EXERCÍCIO DA 8ª TRANCHE DO BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO NO BANCO C6

Em outubro de 2022, a TIM obteve o direito ao vesting da 8ª tranche do bônus de subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 8º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada potencial de 5,52% no capital social do C6, sujeito ao resultado da arbitragem em curso.

ALTERAÇÕES AO PREÇO DE FECHAMENTO AJUSTADO DA AQUISIÇÃO DOS ATIVOS MÓVEIS DA OI E INÍCIO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

Em Fato Relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, a TIM S.A. comunicou que as "Compradoras" (TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.) dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. ("Vendedora") identificaram divergências em premissas e critérios de cálculo que, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("SPA"), justificam uma proposta de alteração no Preço de Fechamento Ajustado ("PFA"), em benefício da TIM, de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Além das diferenças referentes ao PFA, foram identificadas divergências referentes aos contratos da empresa de

propósito específico Cozani com empresas prestadoras de serviços de infraestrutura móvel (aluguel de sites/torres), que ensejam, nos termos do SPA, uma indenização da Vendedora à TIM de aproximadamente R\$ 231 milhões. Em consequência das divergências, o montante de R\$ 634 milhões que estava retido pela TIM não foi transferido a Vendedora.

Em Fato Relevante divulgado em 3 de outubro de 2022, tendo em vista a violação expressa da Vendedora aos mecanismos de resolução de disputas previstos no SPA, a TIM comunicou que não restou alternativa às Compradoras senão ingressar, na referida data, com procedimento arbitral junto à Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em face à Vendedora para que determine o valor efetivo do ajuste ao PFA, na forma do SPA.

Em Fato Relevante divulgado em 4 de outubro de 2022, a Companhia foi surpreendida por notícias veiculadas pela imprensa e por Fato Relevante divulgado pela Vendedora na referida data, de que havia sido proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras da importância de aproximadamente R\$ 1,53 bilhão – dos quais cerca de R\$ 670 milhões pela TIM – em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Vendedora, onde ficará acatado até posterior decisão de juízo arbitral.

A TIM recorreu da decisão e em 17 de outubro de 2022 e o Superior Tribunal de Justiça, em decisão monocrática, rejeitou o recurso da TIM e das outras Compradoras. Assim, em 19 de outubro de 2022, a TIM depositou em garantia do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro o valor de R\$ 670 milhões.

NOVO CFO/ DRI INTERINO

Em janeiro de 2023, a TIM anunciou que o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente ("CEO") da Companhia, para assumir as posições de Diretor Financeiro ("CFO") e Diretor de Relações com Investidores ("DRI"), interinamente, a partir de 01 de janeiro de 2023. Dessa forma, os cargos de CEO, CFO e DRI serão temporariamente ocupados pelo Sr. Griselli.

10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes Ltda. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados. Os auditores independentes possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

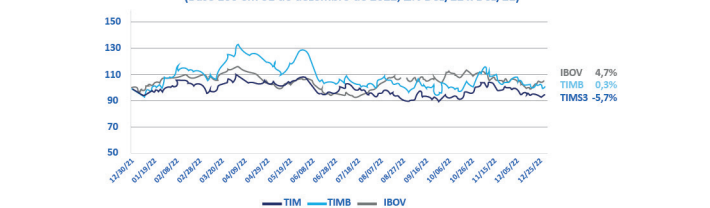
A Companhia destaca ainda que está sujeita a uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como

de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB. O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2022 em 109.735 pontos, acumulando uma alta de 4,49% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R\$ 3,5 trilhões.

Performance das Ações da TIM S.A.



A Companhia encerrou 2022 com suas ações ordinárias cotadas a R\$ 12,40 na B3, uma queda de 5,7% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de US 11,73, aumentando de 0,3% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R\$ 30,0 bilhões ou US\$ 5,7 bilhões.

Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	29	20.759.080	18.058.027	21.530.801	
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	30	(9.934.765)	(8.443.023)	(10.655.981)	
Lucro bruto		10.824.315	9.615.004	10.874.820	
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	30	(5.175.582)	(4.621.788)	(5.596.211)	
Gerais e administrativas	30	(1.801.836)	(1.723.384)	(1.808.735)	
Resultado de equivalência patrimonial	14	(553.752)	(11.572)	(61.587)	
Outras receitas (despesas), líquidas	31	(243.178)	497.771	(248.371)	
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		(7.774.348)	(6.558.973)	(7.714.904)	
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	32	1.267.501	1.091.748	1.318.948	
Despesas financeiras	33	(2.466.068)	(1.745.213)	(2.762.963)	
Variações cambiais, líquidas	34	5.007	659	5.007	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.193.500)	(652.860)	(1.439.036)	
Lucro líquido do exercício		1.856.407	3.103.225	1.720.908	
Imposto de renda e contribuição social Lucro líquido do exercício	35	(185.652)	(146.501)	(50.153)	
Lucro após atribuição aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)		1.670.755	2.957.174	1.670.755	
Lucro básico por ação	36	0,7	1,22	0,7	
Lucro diluído por ação	36	0,7	1,22	0,7	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		1.670.755	2.957.174	1.670.755	
Outros componentes do resultado abrangente					
Item que não será reclassificado para o resultado:					
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego		668	853	667	
Tributos diferidos		(227)	(290)	(227)	
Total do resultado abrangente do exercício		1.671.196	2.957.737	1.671.195	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.856.407	3.103.225	1.720.908	
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		5.865.706	5.691.696	6.827.175	
Resultado de equivalência patrimonial	14	553.752	11.572	61.587	
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		(128.103)	51.913	(136.713)	
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		-	(782.237)	-	
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		718	1.486	23.212	
Provisão para processos judiciais e administrativos	25	247.227	278.789	247.227	
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		91.681	(27.768)	91.681	
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		745.836	119.864	759.989	
Juros sobre passivo de arrendamento		1.075.603	858.259	1.333.007	
Juros sobre arrendamentos		(28.101)	56	(28.101)	
Provisão para perdas de crédito esperadas	30	585.699	544.642	626.218	
Planos de incentivo a longo prazo		6.796	15.672	6.796	
Total das atividades operacionais		10.873.221	9.867.169	11.532.987	
Atividades de investimento					
Redução (aumento) dos ativos operacionais		(1.269.979)	(583.346)	(828.272)	
Contas a receber de clientes		916.029	664.397	912.306	
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		(33.565)	44.050	(33.565)	
Estoques		79.523	(134.893)	164.288	
Despesas antecipadas		(603.825)	215.698	(603.825)	
Depósitos judiciais		(32.696)	41.610	(30.709)	
Outros ativos		40.302	35.506	40.302	
Obrigações trabalhistas		1.088.993	153.357	757.628	
Fornecedores		12.922	366.605	102.948	
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(2.378.796)	(8.604)	(2.378.796)	
Autorizações a pagar		(242.597)	(316.804)	(242.598)	
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	25	3.100	(135.583)	(49.446)	
Receitas diferidas		(29.292)	(116.981)	(114.173)	
Outros passivos		8.537.370	10.092.181	9.429.075	
Caixa gerado pelas operações		(14.084)	-	-	
Imposto de renda e contribuição social pagas		8.537.370	10.078.087	9.429.075	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.859.247	10.092.181	9.429.075	
Atividades de financiamento					
Títulos e valores mobiliários		2.375.964	(2.502.030)	2.375.964	
Aumento de capital controlada Cozani		(250.722)	-	-	
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		-	1.096.294	-	
Contraprestação na aquisição da Cozani		(6.463.333)	-	(6.269.951)	
Adições ao imobilizado e intangível		(4.730.433)	(5.283.707)	(4.730.433)	
Outros		4.475	47	4.475	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.064.049)	(6.689.396)	(6.619.945)	
Atividades de financiamento					
Novos empréstimos		1.568.343	3.062.000	1.568.343	
Amortização de empréstimos		(565.303)	(1.710.935)	(565.303)	
Juros pagos – Empréstimos		(157.831)	(78.952)	(157.831)	
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.251.552)	(1.179.723)	(1.566.344)	
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(1.046.549)	(832.928)	(1.303.953)	
Novos financiamentos licença 5G		-	843.020	-	
Instrumentos financeiros derivativos		(269.437)	216.197	(269.437)	
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		4.694	(11.069)	4.694	
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.199.201)	(1.042.976)	(1.199.201)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.916.836)	(735.366)	(3.489.032)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(3.443.515)	2.653.325	(2.679.902)	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.228.615	5.275.290	5.228.615	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de dividendos/JSCP adicionais/propostos			
Saldos 01 de janeiro de 2022		13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	-	1.958.301	-	25.107.106
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	1.670.755	1.670.755	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.670.755	1.670.755	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)		-	-	-	-	-	441	441	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	441	1.670.755	1.671.196
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo a longo prazo		-	6.796	-	-	-	-	6.796	-
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações		-	-	-	-	-	4.694	4.694	-
Destinação do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 27)		-	-	75.233	-	-	(75.233)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 27)		-	-	-	-	-	(1.400.000)	(1.400.000)	-
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 27)		-	-	-	-	166.110	(166.110)	-	-
Dividendos/JSCP adicionais propostos		-	-	-	(570.588)	600.000	-	29.412	7.573
Dividendos não reclamados		-	-	-	-	-	-	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	6.796	75.233	(563.015)	600.000	166.110	4.694	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		13.477.891	408.602	1.250.448	7.540.020	600.000	2.124.411	(163)	(3.844)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal			
Saldos 01 de janeiro de 2021		13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	-	23.182.745



Preço de Fechamento Ajustado:
 (i) R\$ 634,3 milhões de reais foram recebidos pela TIM, conforme previsto no contrato de compra, principalmente para atender a eventual necessidade de ajustes adicionais de preço a serem realizados, que poderiam ser identificados nos 120 dias posteriores à data de aquisição. Conforme fato relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, em consequência das divergências encontradas nas premissas de cálculo dos temas: (i) Capital de Giro e Dívida Líquida, (ii) Capex e (iii) Adições líquidas, o valor de R\$634,3, (R\$671 atualizados em 31 de dezembro de 2022) se manteve integralmente retido pela Companhia até que em 4 de outubro de 2022, foi proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro determinando o depósito em Juízo pelas Compradoras, cabendo à TIM o depósito em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A. do valor atualizado até aquela data de R\$ 670 milhões. O referido depósito permanecerá em conta vinculada ao Juízo enquanto se aguarda a instalação do Tribunal Arbitral. Para mais detalhes vide nota 12;
 (ii) R\$ 2.057,4 milhões foram repassados diretamente ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme disposição contratual; e
 (iii) o saldo de R\$ 4.285,9 milhões foi transferido na data de aquisição diretamente para a Cedente. Totalizando o montante de R\$ 77 milhões reconhecidos como contraprestação contingente na data de divulgação dessas informações financeiras.
 Além dos valores acima, a Vendedora poderá ter direito a receber até R\$ 230 milhões adicionais da TIM, condicionados ao cumprimento, até 31 de março de 2023, de determinadas metas relacionadas às radiofrequências e base de clientes envolvidos no a Transação. Desse valor, R\$ 120 milhões de reais já foram pagos devido ao cumprimento de parte das metas estabelecidas. Do montante remanescente ainda não pago (R\$110 milhões), a Companhia entende que há expectativa de desembolso até o prazo descrito no item 12 de R\$ 77 milhões reconhecidos como contraprestação contingente na data de divulgação dessas informações financeiras.
 A TIM também pagou, em 20 de abril de 2022, em nome da Cozani, o valor de R\$ 250,7 milhões a Vendedora, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição, registrado na rubrica de "Despesas antecipadas" e assinou um termo de contrato anual de utilização de capacidade de infraestrutura de transporte com a Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A., envolvendo o pagamento de valores decrescentes que, a valor presente, totalizam aproximadamente R\$ 476 milhões. Até 31 de dezembro de 2022, o total de contraprestação transferida pela aquisição da Cozani foi de R\$ 7.211,6 milhões.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos
 Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Cozani na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se finalizado, conforme laudo de alocação de preço de compra "Price purchase allocation". Nesta data, a análise indica ativos e passivos apresentados a seguir:

Valor justo reconhecido na aquisição	
Caixa e equivalentes de caixa	193.382
Contas a receber de clientes	362.379
Despesas antecipadas	165.111
Impostos a recuperar	13.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	705.388
Imobilizado (Nota 15)	3.518.477
Intangível (Nota 16)	3.599.811
	8.558.083
Passivos	
Fornecedores	(183.227)
Passivos de arrendamento (Nota 17)	(2.929.449)
Impostos a recolher	(157.595)
Receitas diferidas	(95.135)
Outros passivos	(617.518)
	(3.982.924)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	4.575.159
Ágio na aquisição (Nota 16)	2.636.426
Total da contraprestação	7.211.585

Abaixo estão sumarizados, os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados a Cozani ("ativos líquidos") pela TIM na data de aquisição e os impactos sobre os resultados consolidados da Companhia, que refletem os resultados da empresa adquirida a partir de 30 de abril de 2022.

	Cozani
Participação acionária da adquirida	100%
Patrimônio líquido da Cozani a valor contábil em 30/04/2022	1.282.579
Patrimônio líquido da Cozani a valor justo em 30/04/2022	4.575.159
Mais valia de radiofrequências (i)	3.038.951
Mais valia de carteira de clientes (ii)	253.829
Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição	1.214.578
Contribuição para o Grupo com prejuízo desde a data de aquisição	(626.258)
Receita líquida da adquirida desde o início do exercício	2.927.351
Prejuízo da adquirida desde o início do exercício	(1.910.638)
(i) Mais valia de intangíveis refere-se ao ajuste na rubrica de autorizações refletindo o valor justos das outorgas adquiridas e a avaliação do espectro foi conduzida por meio da abordagem de mercado, com a aplicação de um múltiplo de transação. O prazo médio de vida útil é de 17,68 anos;	
(ii) A avaliação da carteira de clientes foi conduzida pela abordagem de rentabilidade, pelo método MPE-EMT ("Multi-period excess earning method") baseado em um cálculo de fluxos de caixa de benefícios econômicos futuros atribuíveis a base de clientes. O prazo médio de vida útil é de 8,67 anos.	

O ágio na aquisição de R\$2.636.426 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias esperadas decorrentes da aquisição. O ágio é alocado a nível consolidado visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo. Não há expectativa de que o ágio reconhecido seja dedutível para fins fiscais até que ocorra a incorporação societária da empresa Cozani, o que deverá ocorrer no decorrer de 2023.

Em decorrência de determinadas disposições contratuais por ocasião da aquisição da Cozani, a TIM efetuou a retenção ao montante equivalente a 10% (dez por cento) do Preço de Fechamento da operação. Em 31 de dezembro de 2022, esse montante alcançava R\$ 671 milhões e, em função de decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, o valor encontra-se em conta de depósito judicial, até ulterior decisão do Tribunal Arbitral.

Alinda, por ocasião da aquisição da Cozani, existiam certas disposições contratuais vinculadas ao cumprimento dos termos do acordo de fornecimento de serviços de rede, no valor de R\$ 77 milhões. O cumprimento dessas metas está sob a avaliação da Administração da Cia.

Em 31 de dezembro de 2022, ambas as obrigações alcançavam o montante total de R\$ 748 milhões. **1.2.2. Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS**
 Em dezembro de 2020, a FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasceu com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acesso de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor de IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação ("closing"). De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R\$ 1.211.780 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de dezembro de 2021.

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I-Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. A partir deste momento, a TIM cessou a consolidação linha a linha da I-Systems (antiga FiberCo). Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital de R\$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R\$1.096.294 (secundária) diretamente à TIM. Totalizando, desta forma R\$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R\$3.291.794.

No momento do closing a participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% na investida foi registrada pela TIM a valor justo no valor de R\$1.612.957, conforme perda de IFRS 10 (CPC 36). Conforme previsto no IAS 28 (CPC 18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Posteriormente, a participação na investida passou a ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial, conforme definido na norma IAS 28 (CPC 18). Neste momento, em função do closing da transação, e a perda de controle da I-Systems, a TIM realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Preço da transação	1.096.294
Registro da participação remanescente no investimento ao valor justo (fair value)	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remuneração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP-07 - Evidenciando na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação
 As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro de R\$1.670.755. O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$2.229.118, ocasionado pela aquisição da Cozani e pagamento das obrigações relacionadas à licença 5G. A Companhia entende que os investimentos citados trarão benefícios relevantes e eficiência operacional. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$25.397.365.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia efetuou análises e concluiu não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conteúdo das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada e controlada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na Demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos
 Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revisitos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão sob o controle da Cozani. Apesar disso, os responsáveis por decisões operacionais e os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação
 Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Quando o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Quando o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Quando o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.
 Em 31 de dezembro de 2021 não há saldos consolidados para balanço, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020, conforme descrito na Nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS em novembro de 2021, quando a TIM passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM passou a ter a I-Systems como coligada e a controladora o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar. A base de consolidação da Companhia em 31 de dezembro de 2022, inclui a controlada integral Cozani, que possui como principal objeto social a prestação de serviços de telecomunicações, sediada no Rio de Janeiro, Brasil. A Companhia detém 100% de participação, em função da aquisição desta empresa, conforme descrito na Nota 1.

Em 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

e. Combinação de negócios e ágio
 Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretos atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos.

É utilizado o método de aquisição (purchase accounting) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Quando a conversão contingente a ser tratada pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considera-se como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda da operação. O ágio favorável ou desfavorável é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

O Grupo mensura os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes como se o contrato de arrendamento adquirido fosse um novo contrato de arrendamento na data de aquisição. Os ativos de direito de uso foram mensurados por montante equivalente ao passivo de arrendamento e ajustados para refletir os termos favoráveis ou desfavoráveis dos arrendamentos em comparação aos termos de mercado. Considerando que a natureza fora de mercado desse arrendamento é refletida no ativo de direito de uso, o Grupo não reconhece separadamente um ativo intangível ou passivo de direito de uso favorável ou desfavorável em relação ao valor de mercado.

f. Aprovação das demonstrações financeiras
 As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 4 de fevereiro de 2023.
g. Novas normas, alterações e interpretações de normas
As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Alterações no CPC 48 - Instrumentos Financeiros
 As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:
 • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
 • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
 • Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprova, rem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos em que o ágio é aplicado em 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato
 Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo os custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

O Grupo avaliou os contratos e não identificou alterações relevantes nas demonstrações financeiras.

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido;
 A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual
 As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez de a Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aplicação. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez
 A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de convergência com as normas internacionais de demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e por os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo por não ser um adotante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros
 A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
 Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- Que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis
 (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
 Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
 Em fevereiro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações são válidas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
 Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) ou um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Impactos COVID-19
 Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

Desde 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações. Hoje, não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia
 As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e permissões que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um impacto relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em controlada e coligada.
 Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de impairment.

Seu principal ativo não financeiro para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em equivalência patrimonial registrados pela Companhia (Nota 16) e seus ativos tangíveis e intangíveis. Os investimentos líquidos em controlada e coligada são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidência objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na Nota 14.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)
 O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado para a redução do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos
 Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no âmbito jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 25).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros
 Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como uma conta redutora de ativo, foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	746.819	651.260	746.819	651.260
Constituição de provisão, líquida de reversão	585.699	544.642	626.218	585.699
Saldo aquisição de controlada	-	-	33.284	-
Baixas de Provisão	(770.428)	(449.083)	(824.583)	(449.083)
Saldo Final	562.090	746.819	581.738	746.819

Em 2022, a variação no saldo final da provisão para perdas de crédito esperadas ocorreu em virtude da constituição de provisão, líquida de reversão e da baixa de futuras já provisionadas.

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total	4.540.225	4.000.026	4.241.515	3.811.515
A vencer	3.351.886	2.895.999	2.998.074	2.598.074
Vencidos até 30 dias	262.644	246.195	286.324	262.644
Vencidos até 60 dias	81.939	100.027	82.533	81.939
Vencidos até 90 dias	68.391	77.280	73.581	68.391
Vencidos há mais de 90 dias	775.365	680.525	801.003	775.365

► 7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total Estoques	236.117	202.553	236.117	202.553
Estoques	248.768	218.605	248.768	218.605
Aparelhos celulares e tablets	138.934	138.951	138.934	138.951
Acessórios e cartões pré-pagos	78.330	53.791	78.330	53.791
TIM chips	31.487	19.880	31.487	19.880
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.651)	(12.052)	(12.651)	(12.052)

► 8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.358.817	1.259.932	1.367.610	1.259.932
ICMS (i)	1.314.811	1.216.912	1.323.604	1.216.912
Outros	44.006	43.020	44.006	43.020
Parcela circulante	(469.344)	(354.202)	(472.202)	(354.202)
Parcela não circulante	889.472	905.312	895.408	905.312

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses);

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, chips, tablets e modems comercializados pela TIM.

► 9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	1.230.220	2.042.361	1.238.586	2.042.361
Imposto de renda e contribuição social (i)	879.227	807.096	879.227	807.096
PIS / COFINS (ii)	194.449	1.164.772	194.452	1.164.772
IRRF sobre aplicações financeiras	111.962	37.738	120.417	37.738
Outros	44.582	32.755	44.590	32.755
Parcela circulante	(712.342)	(1.311.906)	(720.808)	(1.311.906)
Parcela não circulante	517.878	730.455	517.878	730.455

(i) Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRRF e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de depósito de indébito. O processo específico da TIM ainda está pendente de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 607 milhões, registrados no ativo circulante e não circulante (R\$ 547 milhões em 31 de dezembro de 2021), visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável. A Companhia aguarda decisão final.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão de ICMS da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS. De acordo com a avaliação interna, a Companhia espera utilizar tais créditos nos próximos 12 meses.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574.706. Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é e destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

Em 2021, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R\$ 957 milhões. No exercício de 2022, foram efetuadas compensações no total de R\$ 619 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

► 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia. Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há direito legal e passivo e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	95.928	219.876	225.882	219.876
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	381.865	330.627	381.865	330.627
Provisão para perdas de crédito esperadas	198.933	257.529	220.911	257.529
Ativo Infraestrutura LT Amortizado	34.657	32.377	34.657	32.377
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis:				
Provisão para participação dos empregados	49.989	40.177	49.989	40.177
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	642.479	437.950	711.897	437.950
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(34.560)	(34.560)	(34.560)
Instrumentos financeiros derivativos	(161.174)	(143.948)	(161.174)	(143.948)
Juros capitalizados 4G e 5G	(221.468)	(233.433)	(281.468)	(233.433)
Custo atribuído – I-Systems (iii)	(32.177)	(42.617)	(32.177)	(42.617)
Ajustes norma IFRS16 (iii)	468.113	398.521	468.113	398.521
Depreciação acelerada (iv)	(663.303)	(466.863)	(715.041)	(466.863)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (v)	(249.477)	(249.477)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (vi)	-	-	557.932	-
Amortização da mais valia	45.591	-	45.591	-
Outros	31.304	10.728	146.218	10.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas, ainda não reconhecidos	526.700	536.888	1.497.540	536.888

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020, 2021 e 2022 da TIM S.A. a nível controladora e, a nível consolidado, adiciona-se também a TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020, 2021 e 2022 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão da transação de venda de 51% de participação societária da I-Systems para a IHS, conforme descrito na nota 1.

(iii) Representa a adição de novos contratos, principalmente, em função da aquisição da Cozani. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil e fiscal, nos termos da legislação vigente.

(iv) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 663 milhões até 31 de dezembro de 2022 (R\$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021) e foi aplicado a partir de 1º de janeiro de 2020.

(v) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda, descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

(vi) Representa o diferido constituído referente, principalmente, ao impairment de ativos tangíveis, registro de contrato oneroso de capacidade e impostos diferidos.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação de créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2022. Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Controladora		Total
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa Temporárias	Diferenças Temporárias	
2023	80.475	263.659	344.134
2024	15.453	373.500	388.953
2025	-	(72.984)	(72.984)
2026 em diante	-	(133.403)	(133.403)
Total	95.928	430.772	526.700

	Prejuízos Fiscais e Base Negativa Temporárias		Diferenças Temporárias		Total
	2022	2021	2022	2021	
2023	80.475	504.340	263.659	373.500	648.074
2024	15.453	515.457	373.500	426.984	831.494
2025	-	385.264	(72.984)	(72.984)	312.280
2026 em diante	-	(133.403)	(133.403)	(133.403)	(266.806)
Total	95.928	1.271.658	1.367.586	1.196.997	2.564.651

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Considerando que a Cozani não possui histórico de base tributável, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social no montante de R\$129.954, referentes a Cozani.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$123.948 ao longo de 2022 (R\$255.252 em 2021).

► 11. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas Antecipadas	278.764	358.287	359.199	358.287
Propagandas não veiculadas (i)	2.361	86.154	2.361	86.154
Aluguéis e seguros	64.544	67.034	64.544	67.034
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	178.540	153.988	178.540	153.988
Serviços de TI (iii)	21.500	28.626	21.500	28.626
Despesas antecipadas contratuais (iv)	-	-	77.810	-
Outros	11.816	22.485	14.351	22.485
Parcela circulante	(198.506)	(275.148)	(278.851)	(275.148)
Parcela não circulante	80.258	83.139	80.258	83.139

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede e migração das informações para nuvem "cloud".

(iv) Refere-se ao pagamento em abril/22 (momento da aquisição da Cozani) do TSA (Contrato de serviço de transição), no montante de R\$250.722, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na área de transição da Cozani. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo remanescente referente ao TSA era de R\$77.810.

► 12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos judiciais	1.377.580	718.773	1.377.580	718.773
Cível	974.482	285.583	974.482	285.583
Trabalhista	117.583	128.607	117.583	128.607
Tributária	184.435	178.914	184.435	178.914
Regulatório	113	111	113	111
Penhora Online (i)	100.947	125.558	100.947	125.558

(i) Refere-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R\$77.854 (R\$ 72.533 em 31 de dezembro de 2021).

Em Fato Relevante divulgado em 4 de outubro de 2022, foi proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras (TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.) da importância de aproximadamente R\$ 1,53 bilhão – dos quais cerca de R\$ 670 milhões pela TIM – em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A., onde ficará acautelado até posterior decisão de juízo arbitral. O referido depósito permanecerá em conta vinculada ao Juízo enquanto se aguarda a instalação do Tribunal Arbitral.

Em 19 de outubro de 2022, a TIM depositou em garantia do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro o valor de R\$ 670 milhões.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributária

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com vies positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 36.417 (R\$ 34.289 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 5.295 (R\$ 9.073 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 22.178 (R\$ 20.022 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de imposto de Renda Retido no Conte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Cartão de Crédito de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.557 (R\$ 11.254 em 31 de dezembro de 2021).

(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e ao licenciamento de software (blackberry). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 8.651 (R\$ 8.048 em 31 de dezembro de 2021).

(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 (ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilização, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.623 (R\$ 3.478 em 31 de dezembro de 2021).

(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.582 em 31 de dezembro de 2021).

(h) Depósito realizado pela TIM S.A. – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7.200/05 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 63.967 (R\$ 61.752 em 31 de dezembro de 2021).

(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionadas a discussões sobre comodatado, DIFAL,

(a) Movimentação do intangível

	Controladora					
	Saldo em 2021	Adições/Amortização	Baixas	Transfereências	Juros capitalizados	Saldo em 2022
Total Custo do Intangível Bruto	34.630.541	3.846.603	(3.200)	-	258.961	38.732.905
Direito de uso de softwares	19.911.004	-	-	965.373	-	20.876.377
Autorizações	11.151.497	75.525 (3.200)	-	26.787	-	11.250.610
Agio (i)	475.743	2.636.426	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	186.221	-	-	15.557	-	201.778
Outros ativos	333.116	-	-	5.001	-	338.117
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.651	-	(1.014.018)	258.961	2.952.554
Total Amortização Acumulada	(24.045.462)	(1.687.862)	3.200	-	-	(25.730.124)
Direito de uso de softwares	(17.432.018)	(1.022.040)	-	-	-	(18.454.058)
Autorizações	(6.357.666)	(630.464)	3.200	-	-	(6.984.930)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(76.697)	(9.791)	-	-	-	(86.488)
Outros ativos	(179.081)	(25.567)	-	-	-	(204.648)
Total Intangível Líquido	10.585.079	2.158.741	-	-	258.961	13.002.781
Direito de uso de softwares (c)	2.478.986	(1.022.040)	-	965.373	-	2.422.319
Autorizações (f)	4.793.831	(554.938)	-	26.787	-	4.265.680
Agio (d)	475.743	2.636.426	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.524	(9.791)	-	15.557	-	115.290
Outros ativos	154.035	(25.567)	-	6.301	-	134.769
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.651	-	(1.014.018)	258.961	2.952.554

	Controladora					
	Saldo em dez/20	Adições/Amortização	Baixas	Transfereências	Juros capitalizados	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	3.490	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	-	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.173)	1.171.578	-	11.912.497
Agio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	-	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	-	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	258.961	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-	-	-	(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	3.490	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	-	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	-	4.793.831
Agio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	-	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	-	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	258.961	2.572.960

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entram em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. De dezembro de 2021 em diante, inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 16.1. (i) Em 2022, com a aquisição da Cozani (vide nota 1.2.1 e 15.1.d.1) houve o registro do ágio na combinação de negócios de R\$2.636.426. Em junho de 2021, em função da transação de venda da Fibra Cozani descrita na nota 1.2.2, tivemos a reclassificação dos itens relacionados ao intangível para o grupo de ativos mantidos para venda.

	Consolidado					
	Saldo em dez/21	Adições/Amortização	Baixas	Transfereências	Juros capitalizados	Saldo em dez/22
Total Custo do Intangível Bruto	34.630.541	3.846.601	(3.200)	-	258.961	46.446.789
Direito de uso de softwares	19.911.004	-	-	701.387	-	20.612.391
Autorizações	11.151.497	75.525 (3.200)	17.123	-	-	11.250.610
Agio	475.743	2.636.426	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	186.221	-	-	15.557	-	201.778
Outros ativos	333.116	-	-	5.001	-	338.117
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.650	-	(739.068)	258.961	3.227.503
Total Amortização Acumulada	(24.045.462)	(1.873.904)	3.200	-	-	(26.763.144)
Direito de uso de softwares	(17.432.018)	(1.142.824)	-	-	-	(18.574.842)
Autorizações	(6.357.666)	(664.909)	3.200	-	-	(7.019.375)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(76.697)	(9.791)	-	-	-	(86.488)
Outros ativos	(179.081)	(56.380)	-	-	-	(235.461)
Total Intangível Líquido	10.585.079	1.972.697	-	-	258.961	16.416.548
Direito de uso de softwares (c)	2.478.986	(1.142.824)	-	701.387	-	2.037.549
Autorizações (f)	4.793.831	(589.384)	-	17.123	-	4.221.570
Agio (d)	475.743	2.636.426	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.524	(9.791)	-	15.557	-	115.290
Outros ativos	154.035	(56.380)	-	5.001	-	152.656
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.572.960	1.134.650	-	(739.068)	258.961	3.227.503

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de softwares	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	7 a 10
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

(d.1) Ágio na aquisição da Cozani

Conforme descrito na nota 1.2.1, em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$27.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio alocado de R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de dezembro de 2022.

Na nota 2, a Companhia descreve a prática contábil adotada em combinações de negócios, em que inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. No caso do grupo TIM o ágio foi alocado a unidade geradora de caixa móvel, sendo os ágios onerosos do ativo líquido da aquisição.

(d.2) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ágio aquisição de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ - A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropar Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. - "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. - "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FibraCo e realizou a alienação de 51% do ativo líquido FibraCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Conseqüentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R\$108.171, sendo este o saldo registrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do ativo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

	Até dezembro de 2023	Janeiro de 2024	Janeiro de 2024	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de Arrendamento	2.393.245	7.017.952	6.782.069	16.193.266	9.948.873
Venda e <i>leaseback</i> das Torres (ii)	65.620	226.814	320.214	612.644	327.505
Outros (iii)	291.462	1.168.828	2.223.774	3.684.064	1.730.214
Totais Outros arrendamentos (iv)	36.365	132.035	43.125	211.525	158.314
Arrendamentos - Infraestrutura de rede	1.999.798	5.490.279	4.194.956	11.685.033	7.732.840
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	875.618	3.038.957	2.493.766	6.408.341	4.084.433
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	206.017	505.943	491.755	1.203.265	746.028
Arrendamentos - Fibra	378.551	1.290.365	1.209.435	2.878.311	1.820.803
Arrendamentos - Fibra	539.612	655.464	-	1.195.076	1.081.576

Termos de Autorização

	800 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V11 (4G)	2500 MHz Banda P** (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031*	-	Abri, 2023	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031*	ES - Abri, 2023	Abri, 2023	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031*	-	Abri, 2023	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
São Paulo	Março, 2031*	-	Interior - Abri, 2023	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	-	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)*	Abri, 2023	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Santa Catarina	-	800MHz - Novembro/2028	Abri, 2023	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Pernambuco	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Ceará	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Alagoas	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Piauí	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e 5G)	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031
Bahia e Sergipe	-	800MHz - Novembro/2028	-	Abri, 2023	Outubro, 2027	-	-	Dezembro, 2021	Dezembro, 2031

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICP C 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A alíquota acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Licença 5G

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências de telefonia móvel de 5ª geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$500 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$53 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$210 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF. Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$290 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic (R\$1 milhão em 2021) incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e R\$ 99 milhões referentes a correção monetária dos valores devidos à EAF (R\$19 milhões em 2021). Estes saldos estão registrados em bens em andamento.

Destacando, o efeito total no ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2022 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R\$3.866 milhões (R\$3.584 milhões em 2021), sendo R\$2.753 em bens em andamento (R\$2.394 em 2021) e R\$1.113 milhões em Autorizações (R\$1.190 milhões em 2021).

(g) 17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contém) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como base o reconhecimento do arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados ou mensurados pelo custo amortizado.

|--|



* Termos já renovados por 15 anos.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos. As autorizações dadas em caráter primário pela Cozani em 31 de dezembro de 2022, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração			
	900 MHz	1.800 MHz	1.900 MHz	2.100 MHz
SP (exceto AR 11)	Dezembro, 2032	-	-	Outubro, 2027
SP (AR 11)	Dezembro, 2032	-	-	Outubro, 2027
Paraná e Santa Catarina	Dezembro, 2032*	2032*	-	Outubro, 2027
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal	Dezembro, 2032*	2032*	Dezembro/2032	Abril, 2038
Rio Grande do Sul	Dezembro, 2032*	-	Dezembro/2032	Outubro, 2027
Mato Grosso do Sul (Setor 22) e Goiás (Setor 25)	Dezembro, 2032*	2032*	-	Outubro, 2027
Mato Grosso do Sul (exceto Setor 22) e Goiás (exceto Setor 25)	Dezembro, 2032*	2032*	Dezembro/2032	Abril, 2038
Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas	Março, 2031*	Março, 2031*	-	Outubro, 2027
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031*	-	-	Outubro, 2027
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo	-	Março, 2031*	-	Outubro, 2027
Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Minas Gerais	-	-	-	Outubro, 2027

* Termos já renovados por 15 anos.

21. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Controladora		Consolidado	
			2022	2021		
KFV Finnvera (ii)	USD	0,75% a.a. 1,2410% a.a.	Jan/24 a Dez/25	173.381	278.176	173.381
Scotia ¹ (ii)	USD	3,2300% a.a.	Dez/23 a Abr/24	1.568.683	559.650	1.568.683
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	-	428.793	-
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.265	515.166	515.265
Debêntures ² (ii)	BRL	IPCA + 4,1682%	Jun/28	1.771.797	1.667.399	1.771.797
BNDES (i)	BRL	IPCA + 1,2228%	Nov/31	394.139	396.281	394.139
BNB ³ (i)	BRL	a 1,4945% T.JLP +	Fev/28	249.400	-	249.400
BNDES (i)	BRL	1,95% a.a.	Ago/25	297.160	-	297.160
Total				4.989.825	3.845.485	4.989.825
Circulante				(1.284.967)	(538.450)	(1.284.967)
Não circulante				3.704.858	3.307.035	3.704.858

¹ As taxas das dívidas ativas em 31/12/22 com o banco Scotia estão entre 1,4748% e 3,2300% a.a. ² É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

³ As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

Garantias
(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;
(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre Despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data de abertura	Prazo	Valor Remanescente		Montante utilizado até 31 de dezembro de 2022
				2022	2021	
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	N/D	1.090.000	778.595	311.405
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	N/D	20.000	12.190	7.810
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	N/D	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	503.351	249.128
BNB (v)	IPCA	Jan/20	Jun/23	2.252.479	1.294.136	958.343

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais.

(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade.

(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco de Nordeste do Brasil.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Controladora	Consolidado
2024	1.282.496	1.282.496
2025	202.506	202.506
2026	698.866	698.866
2027	698.866	698.866
2028	659.624	659.624
2029	55.714	55.714
2030	55.714	55.714
2031	51.072	51.072
	3.704.858	3.704.858

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2023	1.284.968
2024	1.282.496
2025	202.506
2026	698.866
2027	698.866
2028	659.624
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.072
	4.989.825

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	2022	2021
2023	1.284.968	1.282.496
2024	1.282.496	1.282.496
2025	202.506	202.506
2026	698.866	698.866
2027	698.866	698.866
2028	659.624	659.624
2029	55.714	55.714
2030	55.714	55.714
2031	51.072	51.072
	4.989.825	4.989.825

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	2022	2021
2023	1.284.968	1.282.496
2024	1.282.496	1.282.496
2025	202.506	202.506
2026	698.866	698.866
2027	698.866	698.866
2028	659.624	659.624
2029	55.714	55.714
2030	55.714	55.714
2031	51.072	51.072
	4.989.825	4.989.825

Valor justo dos empréstimos
No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFV Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um custo de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2022 é, respectivamente, R\$ 1.519.742, R\$ 59.199, R\$ 1.670.839, R\$ 361.828 e R\$ 219.697.

22. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora	Consolidado
2022	1.986.293	2.067.458
2021	212.043	303.721
2020	1.698.025	1.042.933
2019	65.881	66.075
2018	10.344	10.717
Parcela circulante	(1.982.559)	(1.418.682)
Parcela não circulante	3.734	3.734

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condécine e CFRP no valor de R\$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R\$300 milhões referente a CFRP e Condécine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R\$300 milhões referentes às CFRP e Condécine e o valor remanescente de R\$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R\$512 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

Em 2022, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R\$300 milhões referentes às CFRP e Condécine e o valor remanescente de R\$361,6 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2022 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 2022, houve o reconhecimento de R\$163 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020, 2021 e 2022 com pagamento suspenso por decisão liminar.

23. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2022, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora	Consolidado
2022	232.276	258.340
2021	78.351	186.294
2020	62.324	41.916
2019	65.311	65.311
2018	26.290	30.130
Parcela circulante	(222.470)	(245.113)
Parcela não circulante	9.806	13.227

(i) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

24. Receitas diferidas

	Controladora	Consolidado
2022	889.441	886.340
2021	151.355	118.795
2020	860	860
2019	43.561	8.522
2018	680.731	734.826
2017	12.934	13.013
Parcela circulante	(222.829)	(197.179)
Parcela não circulante	666.612	689.161

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES em 31 de dezembro de 2022 é de R\$203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de R\$860 (R\$11.184 em 31 de dezembro de 2021). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 31).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17).

(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	2022	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.182.403	2.051.120
Ativo contratual	19.828	15.340
Passivo contratual	(12.934)	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, dando o desconto poder ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no exercício.

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.182.403	2.051.120
Adições	19.828	15.340
Baixas	(12.934)	(13.013)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.182.403	2.051.120

Saldo em 1º de janeiro de 2021

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	2.182.403	2.051.120
Adições	19.828	15.340
Baixas	(12.934)	(13.013)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.182.403	2.051.120

Os saldos de ativos e passivos contratuais, que representam os saldos individuais e consolidados, tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2023	2024	2025
Ativo (passivo) contratual	7.210	(316)	-

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

25. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

Os valores apresentados abaixo representam os saldos individuais e consolidados.

	2022	2021
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.112.153	960.881
Cível (a)	392.972	309.019
Trabalhistas (b)	214.450	192.132
Tributária (c)	429.958	429.951
Regulatória (d)	31.340	29.779

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-21	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-22
Cível (a)	309.019	130.164	(133.649)	87.438	392.972
Trabalhistas (b)	192.132	79.613	(84.165)	29.870	214.450
Tributária (c)	429.958	39.278	(21.391)	28.650	429.951
Regulatória (d)	29.779	1.472	(3.591)	3.680	31.340

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumarizados os principais processos:

a. **Processos cíveis**
a.1. **Ações movidas por consumidores**
A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$179.132 (R\$150.881 em 31 de dezembro de 2021) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negação de indenvidia.

a.2. **Órgãos de Defesa do Consumidor**
A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos de qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa; e (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. O montante provisionado equivale a R\$168.987 (R\$116.985 em 31 de dezembro de 2021).

a.3. **Ex-parceiros comerciais**
A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$27.740 (R\$27.008 em 31 de dezembro de 2021).

a.4. **Outros**
A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outros, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$14.642 (R\$20.089 em 31 de dezembro de 2021).

a.5. **Socioambiental e infraestrutura**
A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação e operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$2.471 (R\$356 em 31 de dezembro de 2021).

a.6. **ANATEL**
A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção



(ii) Em 23 de junho de 2022, foi editada a Lei Complementar 194 que, em síntese, alterou a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo e, como consequência, apontou a redução do ICMS sobre as receitas auferidas pelas empresas de tais setores.

A Companhia, proativamente, irá realizar o repasse de seus efeitos a seus clientes, em variação conforme a natureza de seus planos. Tal repasse, porém, depende de desenvolvimentos sistêmicos que estão em andamento e serão concluídos no decorrer de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de "Outros", está registrado o valor de R\$ 117 milhões referente à diferença entre o valor de redução da alíquota definida na Lei Complementar e os valores antes devidos, correspondente ao período necessário à realização dos referidos desenvolvimentos sistêmicos.

► 27. Patrimônio líquido

a. **Capital social**
O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021). A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. **Reservas de capital**
A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2022	2021
Reserva especial de ágio	408.602	401.806
Plano de incentivo a longo prazo	353.604	353.604
b.1 Reserva especial de ágio	54.998	48.202

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.4).

b.2 **Plano de incentivo a longo prazo**
Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 28).

c. **Reservas de lucros**
c.1 **Reserva legal**
Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo, a partir de 2018, o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 **Reserva estatutária para expansão**
A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atendendo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 **Reserva de benefício fiscal**
A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 2.124.411 (R\$ 1.958.301 em 31 de dezembro de 2021).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. **Dividendos**
Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações. Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os dividendos e JCP foram calculados assim segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.670.755	2.957.174
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(166.110)	(176.741)
(-) Constituição da reserva legal	(75.233)	(139.021)
Lucro líquido ajustado	1.429.412	2.641.412
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	357.353	660.353

Composição dos dividendos a pagar e JCP:
Juros sobre capital próprio

	2022	2021
Total de dividendos e JCP distribuídos e propostos	1.400.000	1.047.500
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(196.970)	(142.977)
Total de dividendos e JCP líquidos	1.203.030	904.523

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante os anos de 2022 foram distribuídos os montantes de R\$1.400.000 e propostos valores adicionais de R\$800.000 que serão aprovados para distribuição em Assembleia em 30 de março de 2023, totalizando R\$ 2.000.000 e em 2021, foram distribuídos os montantes de R\$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento JSCP
09/06/2021	20/07/2021	350.000
24/09/2021	27/10/2021	137.500
15/12/2021	25/01/2022	500.000
		1.047.500
22/03/2022	27/04/2022	195.000
15/06/2022	20/07/2022	270.000
12/09/2022	31/10/2022	235.000
12/09/2022	24/01/2023	245.000
12/12/2022	24/01/2023	455.000
09/02/2023	18/04/2023	600.000
		2.000.000

O saldo em 31 de dezembro de 2022 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R\$661.494 (R\$533.580 em 31 de dezembro 2021) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$61.187 (R\$49.955 em 31 de dezembro 2021) além do montante de R\$600.307 líquidos, distribuídos em 2022, com aprovação prevista para a Assembleia Geral Ordinária no início de 2023.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 28. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023
Em 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A., antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e aqueles que ocupam posições chave na Companhia.

O Plano 2014-2016 trata de outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e/ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2014-2016 está condicionado ao atingimento de metas que pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos no Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções do Plano 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor justo (*fair value*) das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias
As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos
A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15/ CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho
Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho
A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15/ CPC47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato
Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

Receita Líquida
Receita bruta
Receita de serviços
Receita de serviços – Móvel
Receita de serviços – Fixa
Venda de mercadorias
Deduções da receita bruta
Impostos incidentes
Descontos concedidos
Devoluções e outros

	2022	2021
Receita Líquida	20.759.080	18.058.027
Receita bruta	28.650.398	25.387.429
Receita de serviços	27.331.986	24.284.248
Receita de serviços – Móvel	25.435.736	22.433.225
Receita de serviços – Fixa	1.896.250	1.831.021
Venda de mercadorias	1.318.412	1.093.183
Deduções da receita bruta	(7.891.318)	(7.299.402)
Impostos incidentes	(4.190.169)	(4.679.722)
Descontos concedidos	(3.692.038)	(2.610.388)
Devoluções e outros	(9.111)	(9.292)

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias
As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos
A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15/ CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho
Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho
A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15/ CPC47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato
Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

Receita Líquida
Receita bruta
Receita de serviços
Receita de serviços – Móvel
Receita de serviços – Fixa
Venda de mercadorias
Deduções da receita bruta
Impostos incidentes
Descontos concedidos
Devoluções e outros

	2022	2021
Receita Líquida	20.759.080	18.058.027
Receita bruta	28.650.398	25.387.429
Receita de serviços	27.331.986	24.284.248
Receita de serviços – Móvel	25.435.736	22.433.225
Receita de serviços – Fixa	1.896.250	1.831.021
Venda de mercadorias	1.318.412	1.093.183
Deduções da receita bruta	(7.891.318)	(7.299.402)
Impostos incidentes	(4.190.169)	(4.679.722)
Descontos concedidos	(3.692.038)	(2.610.388)
Devoluções e outros	(9.111)	(9.292)

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias
As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos
A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15/ CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho
Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho
A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15/ CPC47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato
Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

Receita Líquida
Receita bruta
Receita de serviços
Receita de serviços – Móvel
Receita de serviços – Fixa
Venda de mercadorias
Deduções da receita bruta
Impostos incidentes
Descontos concedidos
Devoluções e outros

	2022	2021
Receita Líquida	20.759.080	18.058.027
Receita bruta	28.650.398	25.387.429
Receita de serviços	27.331.986	24.284.248
Receita de serviços – Móvel	25.435.736	22.433.225
Receita de serviços – Fixa	1.896.250	1.831.021
Venda de mercadorias	1.318.412	1.093.183
Deduções da receita bruta	(7.891.318)	(7.299.402)
Impostos incidentes	(4.190.169)	(4.679.722)
Descontos concedidos	(3.692.038)	(2.610.388)
Devoluções e outros	(9.111)	(9.292)

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias
As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos
A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15/ CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho
Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho
A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15/ CPC47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato
Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

Receita Líquida
Receita bruta
Receita de serviços
Receita de serviços – Móvel
Receita de serviços – Fixa
Venda de mercadorias
Deduções da receita bruta
Impostos incidentes
Descontos concedidos
Devoluções e outros

	2022	2021
Receita Líquida	20.759.080	18.058.027
Receita bruta	28.650.398	25.387.429
Receita de serviços	27.331.986	24.284.248
Receita de serviços – Móvel	25.435.736	22.433.225
Receita de serviços – Fixa	1.896.250	1.831.021
Venda de mercadorias	1.318.412	1.093.183
Deduções da receita bruta	(7.891.318)	(7.299.402)
Impostos incidentes	(4.190.169)	(4.679.722)
Descontos concedidos	(3.692.038)	(2.610.388)
Devoluções e outros	(9.111)	(9.292)

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias
As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos
A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15/ CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho
Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.



d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-
Benefícios pagos no ano	(3.103)	(772)	(9)	-	(718)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	4.841	1.257	35	-	1.008	-
Contribuições / (devoluções) empresa	-	-	(73)	-	-	-
Ganho (perda) atuarial com ativos do plano	(3.879)	(247)	2	-	(1.104)	-
Valor justo dos ativos em 31/12/22	54.337	14.977	360	-	10.697	-

e) Despesas previstas para 2023

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	7	-	-	-	-	97
Juros sobre as obrigações atuariais	3.389	769	10	57	923	323
Rendimento esperado dos ativos	(5.326)	(1.257)	(32)	-	(737)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.128	284	5	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	(802)	(204)	(17)	57	186	420

Premissas atuariais adotadas nos cálculos
As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial: PBS Sul: 10,11% / 6,39%; PBS Nordeste: 10,11% / 6,39%; CA: 10,11% / 6,39%; PBS-A: 10,12% / 6,40%; AES: 10,16% / 6,43%; PAMEC: 10,11% / 6,39%; FIBER: 10,14% / 6,42%;
Taxa de crescimento salarial nominal: PBS: 3,50% / 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral: PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%; PBS e FIBER: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada: PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15% (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria: PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo: PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de aplicação: Método do Crédito Unitário Projetado

41. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização	
Riscos Operacionais	RS550.000	RS 80.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	RS 30.000	RS 30.000
Riscos cibernéticos (cyber)	RS1.000 para Responsabilidade Civil Facultativa (Danos Automóvel (Frota Executivos e Operacionais) e Danos Corporais) e RS100 para Danos Morais.	

42. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	2.026.706	1.929.392	2.303.608
Adições ao intangível/aquisição de licenças (i)	-	2.682.469	-

(i) A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e às obrigações relacionadas é de R\$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R\$ 2.682 milhões em contrapartida de autorizações a pagar e o R\$ 902 milhões com impacto no caixa.

43. Eventos subsequentes

Distribuição de JSCP
O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 12 de dezembro de 2022, a distribuição de R\$ 455.000 a título de juros sobre capital próprio. O pagamento ocorreu no dia 24 de janeiro de 2023, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, ocorreu em 21 de dezembro de 2022.
O pagamento da 2ª parcela dos juros sobre capital próprio, aprovados em 12 de setembro de 2022, no montante de R\$245.000, ocorreu o dia 24 de janeiro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONSELHO FISCAL

- Nicandro Durante
Presidente
- Adrian Calaza
Membro
- Alberto Mario Griselli
Membro
- Claudio Giovanni Ezio Ongaro
Membro
- Elisabetta Paola Romano
Membro
- Flavia Maria Bittencourt
Membro
- Gesner José de Oliveira Filho
Membro
- Herculano Anibal Alves
Membro
- Michela Mossini
Membro
- Michele Valensise
Membro

- Alberto Mario Griselli
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
- Bruno Mutzenbecher Gentil
Business Support Officer
- Fabiane Reschke
Diretora Jurídica
- Leonardo de Carvalho Capdeville
Chief Technology Information Officer
- Fabio Mello de Avellar
Chief Revenue Officer
- Maria Antonietta Russo
People, Culture & Organization Officer
- Mario Girasole
Regulatory and Institutional Affairs Officer

- Membro Efetivo
- Walmir Kesseli
Presidente
- Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães
Elias de Matos Brito
- Membro Suplente
- Heinz Egon Lowen
- Josino de Almeida Fonseca
- Anderson dos Santos Amorim

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5
CPF 806.902.117-91

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

- Gesner José de Oliveira Filho
Coordenador
- Herculano Anibal Alves
Membro
- Flavia Maria Bittencourt
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.
Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2022 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.
Em base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 9 de fevereiro de 2023, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2022 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

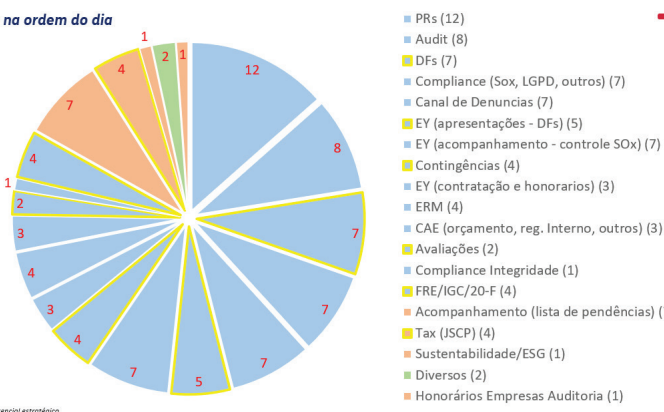
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê
O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.
O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Resolução Normativa nº 23 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 25 de fevereiro de 2021, e demais regulações aplicáveis.
O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos. Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.
A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Anibal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.
O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista, o controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.
Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act ("SOx")*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission ("SEC")*, por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange ("NYSE")* desde 16 de novembro de 1998.
O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.
O presente Relatório é emitido em observância ao inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme Parágrafo 1º do Inciso VII do Art.27 da Resolução 80 de 2022 da CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2022
O CAE reuniu-se 4 vezes sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, 15 (quinze) reuniões do CAE que contemplaram 89 (oitenta e nove) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 53 (cinquenta e três) minutos cada e, durante as discussões, foram enviados diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Compliance, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre os assuntos abordados ao longo da programação anual acima referenciada, registra-se que os temas submetidos nas reuniões do CAE foram classificados da seguinte forma: (i) temas ordinários (decorrentes da legislação/regulamentação aplicável); (ii) temas recorrentes (decorrentes do plano de trabalho programado para o CAE ao longo do ano); e (iii) temas extraordinários (não previstos nos itens anteriores e submetidos a pedido da administração da Companhia ou dos próprios membros do CAE).
Dentro da organização acima indicada, cumpre destacar os dados estatísticos de produtividade das atividades do CAE, com especial ênfase em alguns temas destacados em amarelo, sinalizados como temas de potencial estratégico para a avaliação pelos membros do CAE, conforme abaixo demonstrado:



Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:
I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2022. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2022, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*. A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.
II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2022, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia ("SOx").
III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 7 (sete) sessões durante o ano de 2022, a fim de, dentre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas; (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação Sarbanes-Oxley ("SOx").
Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos - SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia. O CAE constatou que os controles internos são implementados em conformância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.
IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, este de acordo com as normas internas e externas a que se submetem as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. O CAE acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de Compliance da Companhia, em 8 (oito) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) *SOx Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa*, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) *Compliance de Processos Comerciais e gerais da Companhia*; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.
VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas, sempre procurando recomendar mecanismos que dotem a Companhia da necessária agilidade e resiliência para se adaptar a mudanças rápidas nos cenários macroeconômicos.

VII. O CAE acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Enterprise Risk Management ("ERM")* da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhia Aberta, em 8 (oito) sessões, com destaque aos assuntos relacionados aos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 4 (quatro) sessões durante o ano de 2022. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.
IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 12 (doze) cotitulares da TIM S.A., declararam, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

X. Além das 15 (quinze) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 4 (quatro) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, e de 1 (uma) reunião privada com os Auditores Independentes, de 30 (trinta) minutos, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para a avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)
Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o seguinte: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas estimativas contábeis, e (iv) as demonstrações contábeis; (v) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (vi) aspectos de independência, incluindo a confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vii) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (viii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.
Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros, de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.
Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:
3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 25) - "Provisão para processos judiciais e administrativos"
O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Civil, Trabalhista e Regulatória da Companhia.
3.2. Aquisição da Cозari RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. ("SPE Cозari")
O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades
4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência
Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 3 (três) vezes entre os meses de março e junho de 2022, com executivos da Companhia.
4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas
Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhia Aberta, em atendimento à Resolução Normativa CVM nº 80, de 29 de março de 2022, com alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 168/2022.
4.3. Autoavaliação do CAE
Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2022, objetivando um processo de evolução constante e permanente.
4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna
Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações
Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022").
Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Companhia.
Por essa razão, recomendamos, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 9 de fevereiro de 2023.
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITTENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANIBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Fabio Mello de Avellar (Chief Revenue Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.
Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2023.

- ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
- MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
- BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer
- FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica
- FABIO MELLO DE AVELLAR
Chief Revenue Officer
- LEONARDO DE CARVALHO CAPEVILLE
Chief Technology Information Officer
- MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Fabio Mello de Avellar (Chief Revenue Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.
Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2023.

- ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
- MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
- BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer
- FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica
- FABIO MELLO DE AVELLAR
Chief Revenue Officer
- LEONARDO DE CARVALHO CAPEVILLE
Chief Technology Information Officer
- MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer



TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** - Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TIM S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 25, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R\$18.644 milhões em 31 de dezembro de 2022, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$473 milhões, sendo o valor remanescente de R\$18.171 milhões divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo a determinação dos prognósticos de perda das referidas contingências e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados pelos advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, na análise de opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos e na realização de reuniões e obtenção de representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação das principais contingências tributárias; e (c) a revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa 25.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Aquisição da Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. ("SPE Cozani")

Conforme divulgado na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras, a Companhia adquiriu 100% das ações da SPE Cozani por R\$7.212 milhões. A aquisição foi contabilizada como uma combinação de negócios. Assim, a Companhia estimou o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos bem como a contraprestação contingente prevista no contrato de compra e venda usando modelos de valorização e premissas sobre o desempenho futuro dos negócios (incluindo taxas de crescimento de receita e rotatividade anual de clientes).

A auditoria da aquisição da SPE Cozani é complexa e envolve julgamento significativo por parte do auditor devido à incerteza significativa relacionada à estimativa das premissas utilizadas pela diretoria na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, sobretudo com referência ao intangível de carteira de clientes. As projeções da diretoria e as premissas subjacentes são prospectivas e podem ser afetadas por eventos econômicos e condições de mercado futuros.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos entendimento e avaliamos o desenho dos controles em relação ao processo contábil da Companhia para combinação de negócios, incluindo controles relacionados à identificação, ao reconhecimento e à mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Avaliamos também o desenho dos controles relacionados à avaliação de premissas utilizadas, como crescimento de receita e rotatividade anual de clientes.

A fim de testar o valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do modelo utilizado pela Companhia na determinação do valor justo desses ativos e passivos bem como as premissas significativas por ela utilizadas, teste da integridade e precisão dos dados subjacentes, comparação das premissas significativas com as tendências mercadológicas e econômicas do setor, além do envolvimento de nossos especialistas em modelos de valorização de negócios para auxiliar na avaliação das metodologias e modelos aplicados pela diretoria. Avaliamos, ainda, as divulgações feitas pela Companhia com relação à combinação de negócios divulgada na nota explicativa 1.2.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a aquisição da SPE Cozani, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria no reconhecimento dessa aquisição de negócios, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG

Audítores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Fernando Alberto S. Magalhães

Contador CRC SP-133169/O

www.tim.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura

de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 27/02/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/27/TIM1567898327022023.pdf>

Hash:1677280682a41136f6dfa446bda9c32dce5b13de50